



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
*Comitê de Tecnologia da Informação*

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Aos três (03) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete (2007), às nove horas e trinta minutos (09h30), na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação, reuniu-se o Comitê de Tecnologia da Informação, constituído pela Portaria Nº 1.392/2007, publicada no 2º caderno do Diário da Justiça do dia 11 de outubro de 2007 e composto pelos seguintes Membros: **Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen, Secretário-Geral do Ministério Público Cláudio Antônio Cavalcante, Promotor de Justiça Corregedor Alexandre César Fernandes Teixeira, Promotor de Justiça Gustavo Rodrigues Amorim, Diretora de Planejamento Arlinda Maria Pimentel Rodrigues Leite, Coordenador de Informática em exercício Genaro Dornelas Belmont Neri e o Programador Daniel Cavalcanti Lins Falcão.** A reunião foi coordenada pelo Procurador de Justiça Doutor Alcides Orlando de Moura Jansen, que abriu os trabalhos apresentando documento enviado pelo Promotor de Justiça Gustavo Rodrigues Amorim, informando da impossibilidade de comparecimento a reunião, por motivo de doença, que não é grave, mas poderia se agravar com a viagem de Campina Grande para João Pessoa. Em seguida, submeteu à aprovação a ata da segunda reunião do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público; aprovada, todos os membros presentes assinaram a referida ata e Dr. Alcides pediu para que a Diretora de Planejamento encaminhasse através de ofício uma

cópia daquela à Procuradora-Geral de Justiça. Prosseguindo o Dr. Alcides Jansen solicitou que fossem reproduzidos eletronicamente os arquivos contendo as atas do Comitê e os instalassem em pasta específica no microcomputador do Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça, para que aquela pudesse acessá-los quando necessário. Ainda com a palavra, Dr. Alcides lembrou aos presentes que a próxima reunião será no dia (07) sete de janeiro do ano de dois mil e oito, primeiro dia útil após o recesso judicial, às nove e trinta horas, no auditório Procurador João Bosco Carneiro. Continuando Dr. Alcides relatou o seu entendimento pessoal com a Procuradora-Geral de Justiça, falando da necessidade urgente em nomear os concursados na área de informática, com vistas a dar andamento aos trabalhos do Comitê. Diante do exposto, A Procuradora-Geral de Justiça Janete Maria Ismael da Costa Macedo solicitou que constasse nesta ata o seu compromisso de nomear os concursados em janeiro do ano de dois mil e oito. Continuando, Dr. Alcides falou sobre o Sistema Arquimedes, opinando que antes de qualquer decisão sobre a aquisição de um sistema de informática para a Instituição, dever-se-ia aguardar a nomeação dos concursados e o andamento das decisões a nível nacional. Disse ainda, que eventualmente se poderia aproveitar os próprios concursados para desenvolver um programa para a Instituição. O Dr. Cláudio ponderou que o Ministério Público paraibano tem dois problemas cruciais a resolver, que são: implantar a rede de internet e desenvolver um sistema que seja compatível com as necessidades da Instituição e possa ser adaptado para a nova realidade nacional. Logo após, Dr. Cláudio comunicou aos presentes que por motivo de reunião agendada com Promotores de Justiça no Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça, precisava ausentar-se da reunião do Comitê. Dando seguimento, Dr. Alexandre enfatizou que o Sistema Arquimedes tem muitas implementações a serem feitas para atender as necessidades do Ministério Público paraibano. Ainda sobre o Arquimedes, Daniel sugeriu contratar o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife – C.E.S.A.R., para fazer apenas a transferência de tecnologia. Arlinda ponderou que mesmo com a nomeação dos concursados, seria importante a contratação de uma consultoria tanto para desenvolver um sistema quanto para a elaboração do edital de licitação da rede de internet, a exemplo do que fez o Ministério Público de Pernambuco e o Tribunal de Justiça da Paraíba, mesmo possuindo um número considerável de técnicos na área de informática. Dr. Alcides falou que primeiro iria convidar os concursados da área de tecnologia para uma reunião com os membros do Comitê e só após algumas considerações é que se poderia tomar uma decisão sobre o assunto. Em seguida, Dr. Alcides indagou a Diretora de Planejamento se a visita ao Tribunal de Justiça, solicitada na reunião anterior, havia sido realizada. A Diretora de Planejamento Arlinda, disse que apesar de várias tentativas de Maria José em tentar agendar com a equipe de informática do Tribunal de Justiça, não fora possível, pois o Secretário e Coordenador de Informática do Órgão, estão viajando constantemente, ora visitando as Comarcas do Estado ora a Brasília. Diante do fato e em vista a proximidade do recesso judicial, Dr. Alcides solicitou que, desde já, se

ligasse para o Tribunal para marcar uma data em janeiro do ano de dois mil e oito. Dr. Alexandre solicitou convidar, através de ofício, para a próxima reunião do Comitê, o Coordenador e a Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional Dr. José Raimundo de Lima e Dr<sup>a</sup> Fabiana Maria Lobo, respectivamente, com a finalidade de solicitá-los a realização do I Seminário de Tecnologia da Informação do Ministério Público, a realizar-se em abril do próximo ano. Dr. Alcides sugeriu que o evento tenha a duração de dois dias e cogitou os seguintes nomes para contactar: Dr. Petrônio Calmon Alves Cardoso Filho - Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Presidente da Comissão de Informática formada pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais; Dr. Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin - Ministro do Superior Tribunal de Justiça, com a finalidade de designar um técnico para proferir palestra sobre o processo judicial informatizado, bem como a equipe de informática do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, com a finalidade de fazer uma apresentação do e-JUS - Processo Eletrônico, aos Membros do Ministério Público paraibano. Em seguida, Dr. Alcides perguntou a Diretora de Planejamento porque o Segundo Caderno do Diário da Justiça on-line está sempre desatualizado e localiza-se na Intranet, quando o mesmo Caderno figura na página principal do sítio do Tribunal Regional do Trabalho da 13<sup>a</sup> Região e na página principal. Dr<sup>a</sup> Arlinda falou que em relação às edições on line estarem com publicações atrasadas, já havia comunicado a Daniel e quanto a publicação estar na Intranet, era por acordo junto ao Superintendente do Jornal "A União", em vista de eles possuírem assinaturas com escritórios de Advocacia. Dr. Alcides solicitou a Dr<sup>a</sup>. Arlinda manter novo entendimento junto à direção do Jornal, exigindo o mesmo tratamento, para disponibilizar o Segundo Caderno do Diário da Justiça no sítio do Ministério Público, como acontece com o Tribunal Regional do Trabalho da 13<sup>a</sup> Região. Ainda com a palavra, Dr. Alcides elogiou o novo leiaute da página de Internet do Ministério Público paraibano, dizendo que a mesma está excelente, no que concordou Dr. Alexandre. Com a palavra Dr<sup>a</sup>. Arlinda, informando que a Instituição pode disponibilizar e-mail Institucional, mas para o registro precisa ser adotado algum critério ou será para todos os Membros e servidores efetivos e à disposição? Dr. Alcides falou que, normalmente, os Membros já possuem e-mail pessoal, portanto, o e-mail Institucional seria de acordo com a procura pelo interessado. Quanto aos servidores, todos foram unânimes, só será disponibilizado também de acordo com a procura e para os que integrarem o quadro efetivo da Instituição. Em seguida, o Coordenador de Informática em exercício apresentou o processo nº 2707/07, no qual a Coordenadoria de Serviços Gerais solicita a aquisição de cinco (05) leitores para códigos de barras e uma (01) impressora fiscal para serem utilizados na Diretoria de Apoio Funcional, mas que em vista da possibilidade de, num futuro próximo, haver a comunicação de sistemas do Ministério Público com o Tribunal de Justiça, seria uma aquisição desnecessária. Dr. Alcides sugeriu que o processo ficasse sobrestado na Coordenadoria de Informática até que se defina o processo de informatização da Instituição. Na seqüência, Dr. Alexandre sugeriu que os processos com

destinação ao Comitê de Informática, sejam apresentados nas reuniões e que, sendo necessário, será designado um relator. Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador deu por encerrados os trabalhos e Eu, \_\_\_\_\_, Secretária, lavrei a presente Ata que assino com os demais Membros do Comitê de Informática. João Pessoa, 03 de dezembro de 2007.

**Alcides Orlando de Moura Jansen**  
Procurador de Justiça – Coordenador

**Cláudio Antônio Cavalcanti**  
Promotor de Justiça/Secretário-Geral

**Alexandre César Fernandes Teixeira**  
Promotor de Justiça Corregedor

**Gustavo Rodrigues Amorim**  
Promotor de Justiça

**Arlinda M<sup>a</sup> Pimentel R. Leite**  
Diretora de Planejamento

**Genaro Dornelas Belmont Neri**  
Coordenador de Informática em exercício

**Daniel Cavalcanti Lins Falcão**  
Programador